

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP

PAOLA FRAGOSO DE LABIO

FORA DO EIXO:

Paradigma Informacional e princípios solidários

BAURU

2011

PAOLA FRAGOSO DE LABIO

FORA DO EIXO:

Paradigma Informacional e princípios solidários

Monografia de conclusão de curso de  
Comunicação Social - Jornalismo da  
Universidade Estadual Paulista Júlio de  
Mesquita Filho.

Orientação: Prof<sup>o</sup>. Dr. Maximiliano Vicenti.

BAURU

2011

## RESUMO

Este trabalho busca os pontos de intersecção entre a Revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação e a Economia Solidária, que propuseram um cenário novo à produção cultural, utilizando como foco de estudo uma iniciativa de produção cultural em rede colaborativa e autogerida: o Circuito Fora do Eixo.

Partindo da influência mútua, a análise demonstra como o paradigma informacional potencializou os princípios solidários, com mudanças que ocorreram no âmbito do trabalho e da produção material, assim como transformações que se estabeleceram nas relações sociais e na subjetividade. E como os princípios solidários intervieram no paradigma informacional, possibilitando a produção de tecnologias abertas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 APRESENTAÇÃO CIRCUITO FORA DO EIXO.....	07
1.1 FRENTE GESTORA TRANSVERSAIS DE MEDIAÇÃO.....	08
1.2 FRENTE GESTORA TRANSVERSAIS DE PRODUÇÃO.....	08
1.2.1 <i>Comunicação</i> .....	08
1.2.2 <i>Agência</i> .....	08
1.2.3 <i>Distribuição</i> .....	08
1.2.4 <i>Tecnoarte</i> .....	09
2. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	10
2.1 ORIGEM DA REVOLUÇÃO INFORMACIONAL.....	10
2.2 PARADIGMA INFORMACIONAL.....	11
2.3 ECONOMIA INFORMACIONAL.....	13
2.3.1 <i>Lógica Organizacional</i> .....	14
2.4 EMPRESA EM REDE.....	15
2.5 CULTURA.....	17
2.6 TRABALHO.....	17
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	20
3.1 OUTRA RACIONALIDADE .....	21
3.2 COOPERATIVISMO.....	22
3.3 AUTOGESTÃO.....	22
3.4 REDES DE COLABORAÇÃO.....	24
3.4.1 <i>Importância do consumo</i> .....	25
3.4.2 <i>O fluxo do valor monetário e poupança interna</i> .....	26
3.4.3 <i>Gestão de redes</i> .....	26
3.4.5 <i>Pedagogia</i> .....	27
3.5 CONSUMO SOLIDÁRIO .....	28
3.6 TECNOLOGIA SOCIAL.....	28
3.6.1 <i>Tecnologia social versus tecnologia convencional</i> .....	29
3.6.2 <i>Software livre</i> .....	30
4. ANÁLISE FORA DO EIXO.....	31
4.1 ORGANIZAÇÃO EM REDE.....	31
4.2 GESTÃO EM REDE: AUTOGESTÃO E HORIZONTALIDADE.....	31

4.2.1 <i>Tecnologia social de gestão</i> .....	32
4.3 FINANÇAS.....	33
4.3.1 <i>Tecnologia social em finanças – TEC</i> .....	33
4.3.2 <i>Tecnologia Social – Caixa Coletivo</i> .....	34
4.3.3 <i>Trocas Solidárias</i> .....	35
4.4 FLUXOS DE INFORMAÇÃO.....	35
4.4.1 <i>Comunicação</i> .....	36
4.5 TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	36
5. ESTUDO DE CASO: FESTIVAL GRITO ROCK.....	38
6. EXPERIÊNCIA PESSOAL: VIVÊNCIA NO CIRCUITO FORA DO EIXO	
6.1 APRESENTAÇÃO .....	41
6.2 FORMAÇÃO DO ENXAME: MUDANÇA PARA SEDE COLETIVA .....	42
6.3 ROTINA: TRABALHO E VIDA PESSOAL .....	43
7. CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	45

## INTRODUÇÃO

Ao fazer este trabalho, minha proposta é analisar, relacionar e discutir os aspectos do Circuito Fora do Eixo baseado em teorias da Sociedade em Rede, como Paradigma Informacional, Lógica Organizacional, Empresa em Rede e Transformação do Trabalho; também com Princípios da Economia Solidária, como Cooperativismo, Autogestão, Moeda Complementar, Tecnologia Social e Rede de Colaboração.

Pretendo expor que o Circuito Fora do Eixo (FDE) explicita reflexos de transformações que já vinham ocorrendo na sociedade no âmbito cultural, social e tecnológico, contribuindo para o estímulo e fomento destas mudanças.

Cultural porque trouxe explicita valores como a colaboração, compartilhamento, solidariedade e fomenta a produção e o consumo, criando um cenário propício para a diversidade. Social, por verificar o aumento da capacidade do indivíduo em ser gestor da própria vida, na medida em que estimula o fortalecimento de ações coletivas, autogeridas. Tecnológica, pela utilização das ferramentas já existentes para princípios solidários. Pela difusão e capacitação do uso de tecnologias para o maior número de indivíduos. Além do desenvolvimento de tecnologias próprias, caracterizando o desenvolvimento da tecnologia social. E ainda, por se utilizar da tecnologia já existente do grande capital e a partir destas tecnologias, já desenvolvidas e de código fechado, criar uma nova utilidade através do desenvolvimento de uma tecnologia usada por e para a comunidade, pela rede de coletivos.

Então, discutir o FDE é falar de uma erupção ou parte visível de uma revolução que não o tem como único elemento e agrega todos os outros movimentos em prol da autonomia dos sujeitos. Apesar da revolução não ser exclusividade deste circuito, ela se explicita na decorrência da competência da sua sistematização, organização e desenvolvimento da autonomia.

## 1 APRESENTAÇÃO CIRCUITO FORA DO EIXO

O Circuito Fora do Eixo (CFDE) é uma rede colaborativa, de abrangência internacional, concebida por coletivos que trabalham com a cadeia da cultura e que se estabelece como uma plataforma de fomento, produção, comunicação e distribuição da cultura contra-hegemônica. O Fora do Eixo é formado por mais de 70 coletivos culturais localizados em 24 estados do Brasil e, recentemente, em outros países da América Latina.

“O CFDE (Circuito Fora do Eixo) é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho, constituída por coletivos de cultura espalhados pelo Brasil, pautados nos princípios da Economia Solidária, do Associativismo e do Cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e as identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia, quanto as formas de gestão e participação sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação da democratização, quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres, aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade, pautada no uso de tecnologias sociais”.(site do CFDE)

O CFDE é composto por coletivos locais de cada cidade onde exista um núcleo ou célula de produção cultural que, com suas estruturas de funcionamento, possibilitam um fluxo de atuação integrado e sistêmico em prol do fortalecimento da cadeia produtiva da música e da cultura independente no nosso país.

Assim, a rede de coletivos possibilita que produções culturais, sem acesso aos grandes meios de comunicação, se apresentem em lugares diversos do país, difundindo o seu trabalho, incentivando o surgimento de outros e aumentando, dessa forma, a produção cultural do país.

Esta rede se forma a baixo custo de funcionamento e de abrangência nacional, agrega conceitos atuais já citados na proposta do trabalho e que serão desenvolvidos em seguida, a partir de suas definições e explicitações, exemplificadas com a dinâmica do Circuito Fora do Eixo.

A rede Fora do Eixo se organiza através de um organograma horizontal no qual cada ponto se conecta aos outros. O organograma se divide em frentes gestoras setoriais que correspondem às cadeias produtivas, que são as diferentes expressões artísticas com que circuito trabalha: música, o audiovisual e as artes cênicas e, respectivamente, são intituladas MusicaFDE, Clube de CinemaFDE e Palco Fora do Eixo. Em paralelo, tem as Frentes Gestoras Transversais que perpassam as três Setoriais, e se dividem em de Frentes Gestoras Transversais de Produção e Frentes Gestoras Transversais de Mediação. As Frentes

Produtoras abrangem: Agência, Distribuição, Comunicação, Tecnoarte e Eventos. As Frentes de Mediação são: Sustentabilidade, Política Institucional e Planejamento.

## 1.1 FRENTES GESTORAS TRANSVERSAIS DE MEDIAÇÃO

A Sustentabilidade faz a sistematização de dados e valores, elabora projetos de captação de verba e desenvolve as moedas sociais. O planejamento visa à articulação de contatos para apresentação de projetos. A articulação acontece com outras redes, com parceiros e segmentos estratégicos da cadeia produtiva local. A política institucional desenvolve a marca do Fora do Eixo

## 1.2 FRENTES GESTORAS TRANSVERSAIS DE PRODUÇÃO

### 1.2.1 *Comunicação*

O Centro Multimídia Fora do Eixo (CMFdE) reúne agentes da cadeia de produção cultural independente, conectando-se em trabalhos colaborativos de abrangência nacional com um objetivo específico principal: gerar novos agentes midialivristas. A intenção é promover a formação de opinião por parte dos agentes da cultura independente, e manter o estímulo ao debate em consonância com a prática da produção multilinguística. Os principais temas norteadores desta frente são: Redes sociais, Mídias livres e Produção de conteúdo.

### 1.2.2 *Agência*

A agência Fora do Eixo é a responsável pela circulação de artistas, produtores e comunicadores. No início, seu objeto de trabalho era exclusivamente o setor musical mas com a expansão da rede circuito e a consolidação do setor musical dentro do mesmo, a rede visualizou a capacidade de trabalhar como outras áreas artísticas, cinema e artes corporais

### 1.2.3 *Distribuição*

Desenvolvimento de pólos produtores e distribuidores para construção de uma rede nacional solidária de produtos culturais.

#### 1.2.4. *Tecnoarte*

Formação de agentes dos coletivos capazes de suprir demandas relacionadas à sonorização (palco e estúdio), circulação de técnicos de som com as turnês do FDE, implementação e divulgação de softwares e ferramentas livres, produção e publicação de material referente à tecnoarte. Entre os temas norteadores do Eixo estão: Palcos, Iluminação, Software livre, Sonorização, Luthieria, Compartilhamento de conteúdo, Estúdios.

Como podemos observar, a organização está pensada de tal forma que procura integrar as diversas manifestações denominadas alternativas, visando, tal como já salientávamos nas páginas anteriores, a fortalecer expressões culturais que, sem essa ação, passariam despercebidas ou ficariam restritas à ação de pequenos grupos. No entanto, não podemos ignorar que se essas ações se tornam possíveis, em parte, isso resultado do surgimento e da consolidação da sociedade da informação, que serão estudados no ponto seguinte.

## 2. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Certos acontecimentos históricos foram determinantes para o estabelecimento da sociedade em que vivemos hoje e para as transformações que nela continuam acontecendo. Na década de 1970, deu-se a expansão de mais uma revolução tecnológica, só que centrada na informação, em sua geração, seu processamento e sua transmissão. Diz-se tecnologia da informação, tecnologias da microeletrônica, computação, telecomunicações, optoeletrônica e tecnologia genética. Essa revolução tecnológica, tão importante quanto a revolução industrial do XVIII, “induziu a um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura” (CASTELLS, 1996, p.68), conforme veremos neste trabalho.

### 2.1 ORIGEM DA REVOLUÇÃO INFORMACIONAL

Com fins bélicos, a criação das primeiras ferramentas dessa revolução teve a Segunda Guerra Mundial como sua força motriz. O primeiro computador foi criado no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) em 1946 e, quatro anos depois, uma máquina computacional foi desenvolvida para uso comercial. Em 1971, a microeletrônica causou uma ‘revolução dentro da revolução’ com a capacidade de incluir um computador em um *chip*. Em 1981, a IBM cria o PC (*Personal Computer*) que, por ter sua tecnologia desenvolvida por terceiros para IBM, logo foi plagiado e aperfeiçoado por outras empresas, como a Apple. Toda essa corrida tecnológica (que teve como pano de fundo a Guerra Fria) passou a modificar as relações sociais e econômicas.

A primeira rede de computadores, ARPANET, foi criada em 1969 pelo Departamento de Defesa dos EUA ainda para fins militares. Entretanto seu uso não bélico ganhou proporção inicialmente na comunidade científica, entre instituições de pesquisa. Logo se verificou o desmembramento entre função militar e função científica, criando duas redes e, em paralelo, outras redes iam se formando. A partir disso, outras redes de computadores foram estabelecidas, mas mantendo a ARPANET, como espinha dorsal da rede das redes. Só em 1995, nos EUA, com a retirada do Estado e a privatização das redes, que a internet passa a não possuir uma entidade supervisora e sua coordenação corresponde a acordos multilaterais de atribuição de endereços de domínio pelo mundo.

O desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século XX é consequência da conjunção de quatro agentes: estratégia militar, cooperação científica, iniciativa

tecnológica e inovação contracultural. Este último refere-se ao contexto social e cultural que interferiu na revolução tecnológica. A tecnologia não determina a sociedade, tampouco a sociedade determina a tecnologia, no entanto, a sociedade, principalmente pela força do Estado, tem a possibilidade sobre a tecnologia de limitá-la ou estimulá-la. Mesmo a sociedade não podendo ser entendida sem suas ferramentas, ela pode influir especificamente nos seus métodos de desenvolvimento. Nas primeiras décadas da Guerra Fria, nos EUA, ‘uma contracultura de crescimento descontrolado sempre associada com os efeitos secundários dos movimentos da década de 1960 em sua versão mais libertária/utópica’ (CASTELLS, 1998, p.81), influenciou jovens estudantes de computação no seu método de trabalho. Esses pesquisadores entusiastas desenvolveram suas criações e compartilharam suas ideias; abriram a estrutura de suas descobertas para modificações de terceiros sem se restringirem à posse da propriedade intelectual; disponibilizaram para uso social sem cobranças, com o pensamento de que o máximo de usuários entrasse para rede e contribuíssem com ela, afim de aperfeiçoá-la. Esses pesquisadores foram chamados de ‘hackers’. Esse rótulo ainda é utilizado hoje, mas com conotação pejorativa. Esse pensamento dos “hackers” foi fundamental para a constituição da internet como ela é hoje, e para sua evolução.

Além de uma cultura hacker (SILVEIRA, 2008), a inovação tecnológica foi direcionada pelo mercado. Uma parcela importante da inovação tecnológica deve-se à cultura hacker, principalmente no seu início e na área de experimentação, mas o mercado, e sua lucratividade, foi que ditou a inovação tecnológica em diversas partes do globo, do Vale do Silício à Taiwan, e determinou as características de flexibilidade e descentralização desta tecnologia, ditando a formação de uma novo paradigma sociotécnico.

Com isso, há um aumento na velocidade da inovação tecnológica e uma difusão mais rápida dessa inovação a medida que mentes talentosas, impulsionadas pela paixão e ambição, vão fazendo pesquisas constantes no setor em busca de nichos de mercado em produtos e processo. *Na realidade, é mediante interface entre programas de macropesquisa e mercados desenvolvidos pelo governo, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucesso pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperam.* (CASTELLS, 1996, p. 107)

## 2.2 PARADIGMA INFORMACIONAL

Esse novo paradigma tecnológico estava se estruturando em cima das novas tecnologias de informação. Esse novo paradigma se forma a partir de uma mudança de tecnologia baseada em insumos baratos de energia, a Revolução Industrial, para outra nova

tecnologia baseada em insumos baratos de informação, a Revolução Informacional. Cada novo paradigma tecnológico que se estabelece tem insumo como elemento estruturante devido a dois motivos: custo e disponibilidade. Em comparação às revoluções anteriores, a matéria-prima da revolução informacional é menos material e mais abstrata, (informações computacionais ou gerenciais, transmissão e comunicação), estando mais ligadas à inteligência humana do que a fontes naturais. Por isso, sua disponibilidade é universal, porém não ocorre em todo lugar do globo, já que seu desenvolvimento depende de um contexto social adequado, como escolaridade, força da economia e cultura, e política fomentadora. Portanto, seus talentos estão mais relacionados aos esforços humanos, do que a bens materiais. Esses elementos são citados na *gift economy*. (SILVEIRA, 2008).

As características do paradigma informacional representam a base da sociedade da informação (CASTELLS, 1996, p.108). Na concepção de Manuel Castells, as características são elencadas em cinco tópicos. A primeira característica é a matéria-prima como informação, sendo que nessa nova economia a tecnologia age sobre a informação e, não o contrário, como o verificado nas duas revoluções antecedentes. Na segunda característica, a penetrabilidade dos efeitos da nova tecnologia, Castells considera que a informação está em toda atividade humana, seja ela individual ou coletiva e que, portanto, todos os processos da atividade humana são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico. A terceira característica é a lógica das redes, que são adaptáveis à crescente complexidade de relações. Esta lógica pode ser transpassada para as relações sociais. A quarta é o sistema de redes que se configura pela flexibilidade. “Não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes” (CASTELLS, 1996, p.109).

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. Porém, devemos evitar um julgamento de valores ligados à essa característica tecnológica. Isso porque a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os defensores das regras sempre forem os poderes constituídos. (CASTELLS, 1996, p.109)

A quinta e última característica levantada por Castells (1996) diz respeito à convergência tecnológica, em que um mesmo produto pode conter diversos tipos de

tecnologia, a exemplo do chip (microeletrônica) que contém e opera com um software (computação), ou ainda descreve a interação entre a biologia genética e a eletrônica.

Importante é colocar nessa parte que Castells cita um grupo, que baseado nas reminiscências da ‘teoria do caos’, busca entender a epistemologia da complexidade e coloca a comunicação do pensamento científico, inclusive ciências sociais, sob um novo paradigma. O ‘surgimento de estruturas auto-organizadas que criam complexidade a partir da simplicidade e ordem superior a partir do caos, mediante várias ordens de interatividade entre os elementos básicos na origem do processo’ (CASTELLS, 1996, p.111).

### 2.3 ECONOMIA INFORMACIONAL

Toda forma de produção ao longo da história foi caracterizada por uma cultura e por instituições específicas. A economia informacional caracteriza-se por uma referência cultural múltipla, por ter surgimento em diferentes lugares do mundo: América do Norte, Europa Ocidental, Japão, China, Rússia, América Latina e outros países. (CASTELLS, 1996, 209). Sem isso, não seria possível reunir sistemas organizacionais, transformação tecnológica, políticas estatais e estratégias empresariais em um novo sistema econômico global e, “a cultura que importa para a constituição e o desenvolvimento de um determinado sistema econômico é aquela que se caracteriza nas lógicas organizacionais” (CASTELLS, 1996, p. 209).

Mediante o conceito de Nicole Biggart: ‘Por lógicas organizacionais, refiro-me a um princípio legitimador elaborado em uma série de práticas sociais derivativas. Em outras palavras, lógicas organizacionais são as bases ideacionais para as relações das autoridades institucionalizadas. (Castells, 1996, 209).

Por isso, em sua tese, Manuell Castells diz que a nova lógica organizacional, relacionada ao desenvolvimento das novas tecnologias informacionais é a característica do surgimento da economia informacional global e é “a convergência e interação entre um novo paradigma informacional e uma nova lógica organizacional que constituem o fundamento histórico” desta nova economia. (CASTELLS, 1996, p. 210).

### 2.3.1 *Lógica Organizacional*

A transformação na lógica organizacional foi impulsionada pela reestruturação do capitalismo e da economia que, a partir da década de 1970 e independente das múltiplas teorias sustentadas sobre as razões, algumas supra-características podem ser levantadas para essa transformação organizacional. Primeiro, as transformações organizacionais interagiram com a difusão da tecnologia da informação, mas não dependeram dela para se desenvolverem. (CASTELLS, 1996, 205) A segunda característica, é que a transformação organizacional gerou flexibilidade em produção, gerenciamento e marketing. Terceiro, ela visou uma “produção enxuta” através da ‘automação dos trabalhos, eliminação de tarefas e supressão de camadas administrativas’(CASTELLS, 1998, p. 211). E quarto, uma característica fundamental é que essa transformação diz respeito à “administração de conhecimento e processamento de informação” (CASTELLS, 1998, p. 211).

Diversas foram as trajetórias que levaram as empresas a passar pela transformação organizacional, mas o intuito era o mesmo: aumentar a produtividade e a competitividade no novo paradigma tecnológico e na nova economia global.

Quando a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível, quando os mercados ficaram mundialmente diversificados e, por tanto, difíceis de ser controlados; e quando o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único, o sistema de massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema flexível surgiu como uma possível resposta para superar essa rigidez. Verificou a flexibilidade de produto e a flexibilidade de processo. (Castells, 1996, p.212)

Em contraponto a Castells, Harrison considera que as empresas pequenas são menos avançadas tecnologicamente e que sempre estarão sob o controle do grande capital, controlado pelas grandes empresas ou conglomerados. Entretanto, segundo Piore e Sabel, a subcontratação de pequenas e médias empresas por tais conglomerados demonstram que a vitalidade e flexibilidade são geradores de produtividade e eficiência.

As empresas de pequeno e médio porte parecem ser formas de organização bem adaptadas ao sistema produtivo flexível da economia informacional e também é certo que seu renomado dinamismo surge sob o controle das grandes empresas, as quais permanecem no centro da estrutura do poder econômico na nova economia global. Não estamos testemunhando o fim das poderosas empresas de grande porte, mas estamos, sem dúvida observando a crise do modelo corporativo tradicional baseado na integração vertical e no gerenciamento funcional hierárquico: o sistema de “funcionários

e linha” de rígida divisão técnica e social do trabalho dentro da empresa. (Castells, 1996, p.214)

Dessa forma, vê-se que a lógica organizacional sofreu uma evolução para adequar-se ao paradigma tecnológico e as empresas devem seguir essa cartilha. Verifica-se a crise do modelo corporativo vertical e busca-se o modelo organizacional horizontal em rede.

## 2.4 EMPRESA EM REDE

Como forma de se tornarem competitivas, pequenas e médias empresas cedem à subcontratação por empresas maiores, mas verifica-se que aquelas ‘tomam a iniciativa de estabelecer relações em rede com várias empresas grandes e/ou com outras menores ou médias, encontrando nichos de mercado e empreendimentos cooperativos’ (CASTELLS, 1996, p. 218). Um bom exemplo do sucesso de redes de pequenas empresas ocorreu em Hong Kong, entre a década de 1950 e a de 1960. Era uma rede de pequenos negócios domésticos.

Mais de 85% das exportações de produtos manufaturados em Hong Kong até o início da década de 1980 eram fabricados em empresas familiares, 41% das quais eram pequenas empresas com menos de cinquenta trabalhadores. A maior parte delas não era subcontratada de empresas maiores, mas exportava por intermédio da rede de empresas importadoras/exportadoras de Hong Kong. (Castells, 1996, p. 218)

O interessante nesse exemplo é a interação de uma rede com outra, a rede de produtores relaciona-se com outra rede de exportadores, sem precisar negociar com uma grande empresa para dar vazão a sua produção.

As características da empresa organizacional, segundo Castells, são: organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal, gerenciamento em equipe; medida de desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis.

A crise do modelo corporativista não leva apenas ao estabelecimento de redes de empresa, mas à estruturação da empresa em rede, a fim de aproveitar a complexidade dos benefícios da flexibilidade. Uma empresa em rede dinamiza cada elemento de sua estrutura interna, a partir da descentralização e autonomia de suas unidades, embora mantenha uma estratégia comum.

A descentralização e autonomia que a rede transmite a cada unidade interna, permitem o estabelecimento de diferentes experiências, e a troca de informações locais cria

uma estratégia mais rica para atuar em um cenário tecnológico em permanente mutação, pois é composta a partir de diversas dinâmicas de mercados. ‘A tecnologia da informação possibilita a recuperação descentralizada’ de informações oriundas de um momento e espaço específico e sua integração simultânea em um sistema flexível de elaboração de estratégias’ (CASTELLS, 1996, p.222).

Essas informações circulam mais rapidamente pelas redes, sejam elas de empresas, internas às empresas, de pessoas ou de computadores. No entanto, esse fluxo em estruturas descentralizadas e flexíveis gera um problema administrativo que Guy Benvieste, citado por Castells, denominada de “erros de articulação”. Esse erro corresponde à ‘falta de adequação entre o que é desejado com o que está disponível’ (CASTELLS, 1996, p.223). ‘O modelo de produção flexível, em suas formas diferentes, maximiza a resposta dos agentes e unidades econômicas a um ambiente de rápido crescimento. Porém aumenta a dificuldade de controlar e corrigir erros de articulação’ (CASTELLS, 1996, p.223). Portanto, para se ter competitividade neste novo paradigma tecnológico é preciso fazer uso da adaptabilidade e da flexibilidade, e isso significa ter a capacidade de se reestruturar, que não implica apenas na eliminação de desperdícios e redundâncias, mas de ‘alocação de capacidades de reprogramação a todos os seus sensores’, ao mesmo tempo em que ‘integra uma única lógica abrangente do sistema da empresa em um centro de processos decisórios, que trabalha online com as unidades ligadas em tempo real’. (CASTELLS, 1996, p.223)

Muitos debates e experimentos relativos a transformação das grandes organizações públicas ou privadas, são tentativas no sentido de combinar capacidades de flexibilidade e coordenação para assegurar tanto a inovação como a continuidade em um ambiente em rápido crescimento. A ‘empresa horizontal’ é uma rede dinâmica e estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autocomandadas com base na descentralização, participação e coordenação. (CASTELLS, 1996, p.223)

O principal obstáculo para a introdução da capacidade de flexibilidade é a rigidez das culturas corporativas tradicionais. Portanto, a maior mudança na nova economia informacional ocorre não nas máquinas e ferramentas materiais, mas na mentalidade e ferramentas sociais. O que se verificou é que muitas vezes a tecnologia foi e é usada para controlar trabalhadores em vez de proporcionar uma transformação organizacional. Portanto, dentro da economia da informação, o paradigma tecnológico relaciona-se com a transformação organizacional, passando pela cooperação e confiança.

Certamente, as empresas chinesas apoiaram-se em redes de confiança e cooperação durante séculos.(...) – apenas sua confiança nas novas tecnologias de comunicação e informação possibilitaram seu trabalho de forma constante mente atualizada, visto que os códigos familiares, regionais e pessoais estabeleciam a base para as regras do jogo a serem seguidas em seus computadores. (Castells, 1996, p. 230)

## 2.5 CULTURA

Nenhuma organização econômica se desenvolve sem estar enraizada em culturas e instituições; “a ‘lógica do mercado’ é medida pelas organizações, cultura e instituições” (CASTELLS, 1996, p.233). Para se entender a influência da cultura nas formas de organizações econômicas é preciso se atentar para ‘a especificidade histórica das culturas, as trajetórias históricas das instituições e os requisitos estruturais do paradigma informacional’. (CASTELLS, 1996, p. 235). É necessário analisar o Estado, tanto historicamente como no processo de industrialização.

## 2.6 TRABALHO

“O amadurecimento da revolução das tecnologias da informação, na década de 1990, transformou o processo de trabalho, com novas formas de divisão técnica e social de trabalho”. (CASTELLS, 1996, p. 304). Sabe-se que tecnologia não é a única causa dos tipos de prática e organização no local de trabalho e, por isso, para entender seu real impacto é preciso analisá-la em conjunto com uma complexa interação entre decisões administrativas, relações industriais, cultura, instituições e políticas públicas de cada país. Porém, uma mudança universal é certa: em fábricas ou em escritórios, o trabalhador instruído, autônomo, capaz de decidir e programar sequências inteiras do próprio trabalho é o agente indispensável a empresa em rede. Essa característica das novas tecnologias permite maior liberdade ao trabalhador para alcançar o “pleno potencial de produtividade prometida”.

O efeito previsto das novas tecnologias da informação, de aumento do trabalho indireto e diminuição do trabalho direto, que passaria a ser automatizado, não se verificou totalmente porque as novas tecnologias capacitaram o trabalhador com ações de análise e decisão, referentes ao cérebro humano e insubstituíveis por máquinas. Portanto, o que se verifica é a desvalorização do trabalho repetitivo, programável e a valorização do trabalho articulado, autônomo. “É a linha de montagem taylorista que se torna relíquia histórica

(embora ainda seja uma dura realidade para milhões de trabalhadores do mundo, em fase de industrialização)” (CASTELLS, 1996, p.306).

Essa mudança no trabalho decorre da recente transformação do processo produtivo, em que a inovação é a causa do valor agregado e depende do potencial de pesquisa e capacidade de especificação. A produção na empresa em rede também conta com elementos de adaptação instrumental, em diferentes níveis e efeitos de *feedback* no sistema. E, se a própria empresa em rede tem como principais características a adaptabilidade interna e flexibilidade externa, os dois elementos mais importantes do processo são a capacidade de conseguir integração organizacional e a capacidade de tomar decisão estratégica e flexível. Todos esses pontos do processo produtivo têm a tecnologia como ingrediente determinante para sua efetivação na economia informacional.

Portanto, é através desse processo produtivo que a revolução tecnológica introduz uma nova divisão do trabalho, que pode ser dividida em três dimensões: realização do valor, cultivo das relações e tomada de decisão. Essa organização do trabalho representa o paradigma do trabalho informacional emergente, que Castells ilustra com a descrição de alguns estudos de caso a respeito dos impactos da indústria assistida por computadores e da automação de escritórios. Neste trabalho, o interesse maior está na análise do ambiente do escritório que quanto a sua automação o autor estipula três fases e especula uma quarta.

Na primeira fase, nos anos 60 e 70, os *mainframes* eram usados para processamento de dados em lote, “a computação centralizada por especialistas em centros de processamento de dados formava a base de um sistema caracterizado pela rigidez e controle hierárquico dos fluxos de informação” (CASTELLS, 1996, 310). Nessa fase, o objetivo do sistema era o acúmulo de grande quantidade de informação em uma memória central e o trabalho era padronizado. Na segunda fase, durante a década de 1980, a introdução dos microcomputadores combinados com os avanços das telecomunicações modificou o trabalho de escritório, porém as transformações na forma organizacional ocorreram na década de seguinte. A terceira fase é quando se estabelecem as redes, os escritórios estão integrados e trabalho é conectado para processar informação, comunica-se e toma decisão em tempo real. É quando surge o termo “escritórios virtuais”, em que tarefas são executadas em localidades distantes por através da rede. A quarta fase que se especula é o escritório móvel, em que ‘trabalhadores individuais munidos de poderosos dispositivos de processamento e transmissão de informação’ (CASTELSS, 1996, 311) se deslocariam entre os pontos da rede, levando informação e como trazendo informações, atualizando a rede.

Para Castells, o desenvolvimento do escritório móvel representará o aperfeiçoamento da lógica organizacional que é a empresa em rede e o aprofundamento da transformação do trabalho e dos trabalhadores no paradigma informacional do trabalho.

Dessa forma, a terceira fase da automação de escritórios, em vez de simplesmente racionalizar a tarefa (como no caso da automação de processamento em lote), racionaliza o processo, porque a tecnologia permite a integração da informação oriunda de muitas fontes diferentes e, uma vez processadas, sua redistribuição a diferentes unidades descentralizadas de execução. Portanto, em vez de automatizar tarefas separadas (como digitação, cálculos), o novo sistema racionaliza um procedimento inteiro e, então, integra os vários procedimentos pelas linhas de produtos ou mercados segmentados. Assim, os funcionários são reintegrados funcionalmente em vez de serem distribuídos organizacionalmente. (Castells, 1996, p. 312)

O que se verifica é a eliminação de empregos tomados pela automatização, pela simplicidade de sua mecanização e qualificação e, conseqüentemente, a despensa de trabalhadores que ocupavam estes cargos, criando um contingente de trabalhadores desvalorizados e desempregados. Estabelece o processo de polarização social, maiores qualificações do trabalho, requalificação da estrutura ocupacional, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra desvalorizada é segregada.

Como podemos perceber, uma grande transformação gerada pela Revolução Informacional ocorreu no modo de produção vigente, levando inúmeras empresas, principalmente empresas de ponta, a transformarem sua dinâmica interna e reformularem sua estrutura organizacional para se tornarem mais produtivas e competitivas no mercado. Buscou-se o modelo horizontal em rede para supera a crise do modelo corporativista, e estabeleceu-se a rede, não apenas entre empresas, mas dentro da própria empresa. Essas transformações divergem e se aproximam dos conceitos da Economia Solidária, como organização em redes colaboração e trabalho de colaboração, como vamos ver no capítulo seguinte.

### 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária é um movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, a partir da supressão da divisão e alienação do trabalho, através da coletivização dos meios de produção associativista e cooperativista, do princípio da igualdade e da autogestão.

A lógica da Economia Solidária origina-se na crítica operária e socialista ao capitalismo, no século XIX, à ditadura do capital da empresa privada, que propicia poder ilimitado ao dono dos meios de produção, enquanto o trabalhador responde à vontade do capitalista. Nesta, o trabalhador deve obediência ao dono, o resultado do trabalho coletivo é propriedade do capitalista e aquele só faz jus ao salário previsto contratualmente e aos direitos legais (SINGER, 2003).

Com isto, surge uma lógica diferente com origem em ex-empregados ou companheiros de jornadas políticas, que a partir de suas experiências eliminam os valores de competição individual (SINGER, 2003). Nas organizações solidárias não há patrões nem salários, não há hierarquia de funções, os interesses perdem sua qualidade individualista e ganham uma lógica coletiva, que agrega a deliberação em conjunto. A colaboração interna entre os membros de uma organização solidária, ou a colaboração externa entre organização, empreendimentos, movimentos e a própria comunidade são requisitos para o fortalecimento e, por fim, o estabelecimento da economia solidária como lógica alternativa de produção. Essa lógica econômica que centra seu valor no trabalho humano, e não no capital, e acredita que é por meio dele que o ser humano vai alcançar a autonomia para bem viver.

A economia solidária utiliza tecnologias sociais como forma de transformação social na medida em que uma tecnologia simplificada, desenvolvida por e para pessoas que não detêm os meios que vigoram, determinando uma reformulação do paradigma tecnológico. A moeda complementar é uma possibilidade de troca monetária sem a utilização de dinheiro oficial, pois estimula o fluxo interno de troca de serviços, produtos e consumo.

A economia solidária pode ser pensada como iniciativa frente à exclusão socioeconômica e a precarização do trabalho, os sintomas do capitalismo. Porém, pensar assim, exclui a racionalidade da ação coletiva e suas motivações. “Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que seu destino individual se funde com o de seus companheiros” (SINGER, 2003, p.22).

A ação coletiva ultrapassa a satisfação de interesses comuns para buscar algo maior, o que é contra a lógica utilitarista. Ao eliminar os recursos coercitivos e a maximização dos interesses individuais da lógica utilitarista, os arranjos organizacionais da ação coletiva têm espaço e precisam de outras formas de interação, que ocorrem através da racionalidade subjetiva, numa dimensão tácita, porém consciente (Castanheira, 2008).

Como podemos perceber, a economia solidária é uma alternativa à produção capitalista, pois permite geração de renda acoplada a uma transformação do trabalho e da subjetividade, que só se concretiza através de uma metodologia de princípios e ferramentas. Para entender a funcionalidade da gestão, do crescimento e da sustentabilidade financeira do Circuito Fora do Eixo e como este se fixa no cenário da produção cultural nacional, como uma alternativa ao mercado capitalista da cultura hegemônica, iremos explicitar alguns desses elementos, como racionalidade solidária, cooperativismo, autogestão, redes de colaboração, consumo solidário e tecnologia social.

### 3.1 OUTRA RACIONALIDADE

As iniciativas da economia solidária correspondem a formas de organização que não separam os âmbitos social, cultural, político e subjetivo do âmbito econômico. Segundo Gaiger (2008), o capitalismo, ao afastar considerações éticas e morais da economia, restringiu as relações sociais às relações contratuais, em que nada mais existe apenas a lógica abstrata e contornável da rentabilidade, estabelecendo uma racionalidade utilitarista e pragmática, que passou a competir com os demais princípios da organização social.

A força exercida pelo capitalismo explica-se por sua indiscutível produtividade e inovação, por sua capacidade de ruir as estruturas de amparo da sociedade, de impor à coletividade a percepção daqueles que possuem interesses expressos no livre desenvolvimento capitalista. O que conduziu a três processos sucessivos de ocultamento: quanto à existência de outras possibilidades modernas de organização da sociedade, aptas a gerar bem-estar mantendo a economia embutida em sistemas de regulamentação politicamente instituídos; quanto à existência de outros princípios de organização econômica não mercantis; e quanto a existência e às virtudes de outras organizações econômicas, distintas da empresa privada capitalista. (LAVILLE, 2005a) (apud GAIGER, 2008)

No capitalismo, a adoção de políticas liberais, através da livre regulação do mercado e da liberdade de contrato, criou o fundamento do desemprego estrutural e da precarização da vida, necessários ao modo de produção capitalista, “porque somente a penalidade da inanição,

e não o atrativo dos ordenados altos, era considerada capaz de criar um mercado de trabalho atuante” (POLANYI, 1980, p. 168).

Contrário a esse ideal, a economia solidária impede a exploração do ser humano e estabelece uma trajetória diferente que visa o bem-estar de toda sociedade e não somente de uma elite dominante. Para se alcançar a meta, o processo de produção solidário elimina os recursos coercitivos e a maximização dos interesses individuais que concernem à lógica utilitarista e, estabelece arranjos de organização da ação coletiva, em que cria espaço para outras formas de interação que se relacionam com a racionalidade subjetiva numa dimensão tácita, porém consciente. (CASTANHEIRA, 2008). “As experiências de economia solidária tendem a desenvolver e acionar relações geradoras de vínculos sociais” (GAIGER, 2004, p. 19).

Segundo Paulo Freire, a ação se configura em trabalho quando o sujeito tem a consciência do seu próprio esforço, e tem a possibilidade de programá-lo e de criar instrumentos para que o trabalho se desenvolva.

### 3.2 COOPERATIVISMO

O cooperativismo inspira-se no princípio de igualdade, autonomia do sujeito, democracia e solidariedade e possui sete princípios básicos, que desde as cooperativas de Rochdale norteiam esta forma de organização. Os princípios são da adesão aberta e voluntária, assim como a desadesão; do controle democrático por todos seus membros vigorando o princípio de um membro, um voto; participação econômica dos seus associados na posse como na administração financeira; autonomia e independência em relação ao Estado; educação contínua dos associados em vistas à valorização da subjetividade do trabalhador; cooperação entre cooperativas, estabelecendo rede de colaboração que propiciam o fortalecimento dos empreendimentos e do compromisso com o contexto social local. (SANTOS, 2002)

### 3.3 AUTOGESTÃO

A organização autogestionária tem como base das relações entre seus membros o princípio da igualdade que se estabelece tanto na administração da empresa como nos aspectos que conferem humanidade aos seus membros. A igualdade significa que não há um

ser humano diferente do outro e, portanto, não é natural que um comande o outro. Dessa forma, a consciência da autonomia do sujeito se desenvolve com o desenvolvimento autogestionário na medida em que traz para si a responsabilidade do seu trabalho, antes exercida por um “superior”, e recupera a liberdade de desejar, de decidir o que fazer sem ser cooptado (CHAUVEY, 1970). Na empresa autogerida, não existe hierarquias de cargos, nem chefes, a responsabilidade é coletiva ao mesmo tempo em que é descentralizada, os donos do capital da empresa são todos os cooperados (POLANIY, 1980).

Duas formas de autogestão são verificadas na empresa solidária: a democracia direta, quando o número de membros é baixo; e a democracia representativa, quando o número de membros torna impraticável assembleias e reuniões. Porém, para Singer, a verdadeira autogestão só se dá pela democracia direta e o que a torna mais valorosa, pois “sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula” (SINGER, 2003. p.20).

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Ao longo do tempo, acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes. (SINGER, 2002, p. 19).

Nas cooperativas solidárias, as decisões coletivas podem demorar já que necessitam escutar as opiniões de todos os membros, ou pelo menos dos interessados, o que vem a se tornar um processo cansativo. No entanto, é por meio desse processo que o senso democrático se desenvolve no indivíduo, ao argumentar, e na organização, ao concluir uma síntese e, ao fim, este processo tem um resultado mais rico e complexo devido às diversas experiências que agregam, individuais e próprias.

Outro debate que esbarra a democracia direta é de que o trabalhador do chão de fábrica não é capaz de desenvolver um trabalho de administração ou gestão. No entanto, tanto Singer como Polanyi colocam a administração mais como a arte de gerir do que como a ciência do gerir, na medida em que não lida com uma única trajetória possível, ao em vez disso, “enfrenta uma problemática tão variada que suas soluções desafiam qualquer generalização” (SINGER, 2003, p.19) e que, portanto, pode e deve ser exercida pelos trabalhadores.

O que induz a degeneração de empresas que são solidárias, pelo menos em sua acepção original, é menos a pressão da cultura capitalista

dominante do que a descrença generalizada na capacidade de ‘meros trabalhadores’ de as gerirem com eficiência. Esta descrença se baseia na idéia de que a administração de empresas é uma ciência que tem de ser aprendida em universidades, sobre tudo quando se trata de empresas complexas operando com alta tecnologia. Segue-se que o poder de decisão deve ser entregue a quem tem competência, ou seja, a especialistas, cuja autoridade sobre os trabalhadores comuns não pode ser contestada. (SINGER, 2003, p.19)

Enquanto na empresa capitalista a gestão corresponde à gestão de conflitos de interesses entre trabalhadores e donos dos meios de produção, na empresa solidária, corresponde ao desenvolvimento democrático. Se na primeira o objetivo não foi traçado nem pelo gestor nem pelo subordinado, na segunda, é um objetivo compartilhado por todos, na medida em que suporta o interesse de cada um.

### 3.4 REDES DE COLABORAÇÃO

A definição elementar de redes pode ser traduzida por “uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente” (MANCE, 2001, p. 24), na medida em que as unidades fortalecem o conjunto e são fortalecidos por ele. A estrutura da rede são células que se conectam a outros pontos, formando nódulos, estabelecendo um canal por onde transmitem fluxos de valor e informação. Cada unidade pode se ligar a qualquer outra sem intermediação.

Segundo Mance (2001), uma rede tem cinco princípios fundamentais: intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e agregação. A intensividade significa a capacidade de atingir e envolver o máximo de indivíduos no perímetro de sua atuação. A extensividade corresponde à expansão territorial da rede ao ampliar sua abrangência. Estes dois princípios, ligados ao crescimento da rede são os que tornam a tornam revolucionária. Os outros princípios correspondem a forma como crescem. A diversidade é a capacidade de articular na mesma rede diversos agentes (movimentos sociais, organizações, poder público e privado) e manter um fluxo constante entre todos. A integralidade significa que os objetivos definidos pelos diversos nódulos, serão assumidos por toda rede, em seu conjunto de nódulos. A realimentação corresponde à tentativa de suprir as demandas da rede com componentes internos, ampliando a rede e a diversidade num ciclo vicioso.

O crescimento das redes de colaboração solidária promove uma revolução política, pelo fortalecimento da democracia, e uma revolução cultural com efeitos em cinco áreas: a)

socialização e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, b) difusão de uma ética centradas na colaboração solidária, c) construção de uma nova forma de fazer política, d) expansão de práticas artísticas mediadas por diversas linguagens promovendo a livre expressão, e) expansão dos mecanismos de comunicação permitindo a cada agente um papel ativo no processo de emissão e recepção de mensagens (MANCE, 2001).

A configuração em rede de uma iniciativa solidária ultrapassa os limites geográfico-políticos atuais, e agrega contornos que extrapolam os convencionais. Ao contrário do capital financeiro que se concentra nas grandes metrópoles, a iniciativa solidária pretende a fragmentação geográfica a fim de um desenvolvimento sustentável.

“O crescimento da rede em regiões abandonadas pelo capital ampliará o seu peso político nessas áreas e forçará, na fase de transição, a implementação de outras políticas que desconcentrem os investimentos públicos em benefício do conjunto das populações atualmente desassistidas nessas localidades.” (MANCE, 2001, 44)

A pesquisa de ‘Ciência & Tecnologia’ no capitalismo global almeja a maximização da produtividade o que promove, como consequência, o desemprego. Já no contexto colaborativo, o desenvolvimento tecnológico é visto como fortalecimento da inclusão econômica, através das tecnologias socialmente aplicáveis, bem como cultural e ambientalmente sustentáveis.

### 3.4.1 *Importância do consumo*

No capitalismo, o interesse individualista promove a exclusão, miséria e desigualdade de liberdades entre capitalizados e descapitalizados. No sistema solidário, o interesse coletivo predomina e, a colaboração, ao visualizar que a condição de crescimento da rede é a promoção do consumo, opta pelas escolhas conscientes de consumo que enfrentam as desigualdades sociais.

Para aumentar seu excedente, a rede tem três medidas. Primeiro, criar novas células produtivas que supram demandas internas anteriormente ocupadas pelo capital externo, mantendo o fluxo interno do consumo; segundo, aumenta o número de trabalhadores nas células laborais, promovendo a maior distribuição de rendas entre os mesmos; incrementar o consumo interno por meio do aumento das células de consumidores, que ingressarão por

afinidade ideológica. A retroalimentação da rede é uma medida importante para que ela não seja implodida e permite a maior autonomia frente ao mercado capitalista.

Como esses produtos são consumidos em razão do *consumo solidário*, a riqueza produzida pela rede permanece na própria rede cuja a poupança do valor econômico não consumido pode ser empregado na qualificação da produção, no aumento do excedente e na diversificação da produção. Tem se assim um movimento de acúmulo de poupança interna que passa a financiar o próprio desenvolvimento econômico da rede. O consumo interno diminui o déficit na balança comercial (MANCE, 2001, p. 42)

O consumo consciente é fundamental para a rede, e a forma de promovê-lo é através de campanhas de informação que explicitem e expliquem os conceitos e as práticas envolvidas na produção solidária. É necessário criar uma marca que facilite a distinção de uma iniciativa capitalista bem como que divulgue a própria economia solidária alternativa (MANCE, 2001).

#### 3.4.2 *O fluxo do valor monetário e a poupança interna*

A viabilidade econômica da rede de colaboração fundamenta-se no princípio “ao invés da dependência dos capitais externos, o aumento da poupança interna”. Ao contrário da concentração financeira do mercado capitalista, a rede solidária só irá crescer se seus seguimentos e células estiverem fortalecidos financeiramente, o que será favorecido pela redistribuição interna de riquezas geradas.

Os pontos que estão bem estruturados e obtêm excedentes, ou todos os pontos, mas com porcentagens diferentes, contribuem para a formação de um fundo nacional que ajudará no financiamento de pontos mais recentes ou com dificuldades. O estabelecimento de Bancos Comunitários fortalecem iniciativas solidárias pois fornecem financiamentos a juros mais baixos do que os praticados no mercado e, principalmente, porque diminuem as muitas barreiras existentes para obtenção de empréstimos à estes empreendimento.

#### 3.4.3 *Gestão de redes*

A gestão das redes de colaboração passa pela descentralização do poder e pela satisfatória circulação entre as células de fluxo de informação, materiais e valores. (MANCE, 2001). Cada ponto da rede, ao enviar suas informações que concerne apenas a eles, contribui

para sistematização de toda a rede. A internet pode facilitar esse processo na medida em que agiliza a comunicação e, conseqüentemente, a gestão. “Embora as redes de colaboração solidária possam existir perfeitamente sem recorrerem à mediação da informática, valer-se de tal recurso facilita enormemente a organização e expansão das redes” (MANCE, 2001, p.68).

Logo, além de agilizar a comunicação, a sistematização e a análise de todos dados e informação da rede de colaboração, a internet permite suas publicações em blogs e sites. O armazenamento deste material de gestão por cada célula na internet torna acessível para rede solidária, e para o resto da sociedade, as peculiaridades e semelhanças de cada célula.

Assim, ao mesmo tempo em que a célula envia dados sistematizados do seu trabalho, recebe o acesso a sistematização geral de toda a rede de colaboração. Dessa forma, pode se dizer que a célula armazena em si toda a informação necessária para recriar e desenvolver a rede a partir de um único ponto (MANCE, 2001)

O fato de cada célula ter disponível a informação básica que, se convertida em conhecimento, permite regenerar outras células é o que confere a extensividade da rede o seu poder de acionar o desenvolvimento local, pois a partir de qualquer célula conectada a rede torna-se possível gerar outras células que nela operam. (MANCE, 2001, 68)

### 3.4.5 *Pedagogia*

As redes necessitam de espaço de formação, físicos ou virtuais, para atualização dos trabalhadores sobre os aprimoramentos alcançados a partir da prática do trabalho. Nestes espaços também se encontra a atitude democrática, em que todos são fontes de ensinamentos através de um ato pedagógico horizontal. Ao em vez do método rígido do ensino tradicional, a figura do aprendiz e educador se mistura.

Estes espaços são de extrema importância quando a rede de colaboração tem demandas de formação ou quando é extensa territorialmente, criando necessidades de reencontro e atualização. É claro que o ato de aprender e de ensinar se encontra a todo momento dentro da rotina de trabalho de uma iniciativa colaborativa, pois faz parte do próprio ato solidário de perceber o outro e poder ajudá-lo.

### 3.5 CONSUMO SOLIDÁRIO

O consumo no sistema capitalista é alienante, pois obscurece relações sociais atrás do preço da mercadoria. O consumo “Ético, Justo e Responsável” ou consumo solidário, ao contrário, torna o indivíduo mais consciente do seu consumo, ao escolher um produto que não é resultado da exploração do trabalho de outros seres humanos ou da natureza. Este consumo preconiza o bem viver da sociedade por ser sustentável econômica, político e ambientalmente, na medida em que valoriza a iniciativa de trabalhadores, excluídos economicamente, em detrimento de corporações do grande capital (MANCE, 2001). A eliminação do intermediário, nesta forma de mercado, aproxima o consumidor do produtor e aumentando o interesse na qualidade mútua ao compreenderem que são elementos da mesma cadeia produtiva.

Para o desenvolvimento do consumo solidário é necessário abrir espaços alternativos ao mercado capitalista. Esse consumo é desenvolvido dentro das redes de colaboração, o que pode levar a sua suficiência. Às vezes, uma única rede carrega diversos setores de produção e serviço que cumprem suas demandas, mas, às vezes, a rede não é autosuficiente e, por isso, precisa de consumo externo e nesse momento opta por uma outra iniciativa solidária afim de fortalecer esta.

### 3.6 TECNOLOGIA SOCIAL

De acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a tecnologia social abrange o "conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida".

O desenvolvimento da tecnologia social busca a solução de questões vividas dentro de comunidades e, por isso, gera novos conhecimentos retirados da prática social e experiência cotidiana das populações e, portanto, não é desenvolvida por empresas capitalistas e não responde aos valores do mercado como lucro e exploração do trabalho. A tecnologia social usa mecanismos simplificados para permitir seu acesso a não profissionais, bem como expandir seu desenvolvimento e apropriação, de forma a aperfeiçoá-la e multiplicá-la. O custo de produção e, conseqüentemente de venda, é mais baixo que a tecnologia convencional por utilizar materiais alternativos e acessíveis.

Aprendizagem e participação são processos relacionados que é preciso a compreensão da realidade de maneira sistêmica para transformação social e que esta ocorre na medida em que há respeito às identidades locais e à capacidade do indivíduo de ser gerador de conhecimento e aprender com isso. Como as demais iniciativas solidárias, visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

### 3.6.1 *Tecnologia social versus tecnologia convencional*

A Tecnologia Social pode ser definida em oposição a Tecnologia Convencional uma vez que esta é segmentada, incapacitando o produtor de deter o controle da produção; hierarquizada, estabelecendo o controle sobre o trabalho e os meios de produção; alienante, pois oprime a criatividade do produtor direto e, por fim, tem como objetivo o acúmulo do capital mesmo que lese o trabalhador.

Na economia global, a tecnologia é produto de exportação dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento e, portanto, garante a reprodução e a manutenção da cultura hegemônica dos países do norte sobre os do sul, e da elite local sobre a classe trabalhadora, limitando a cultura e o poder desta, perpetuando e ampliando assimetrias de poder dentro das relações sociais e políticas (DAGNINO, 2004).

Coerentemente, elas se negam a identificar relações de causalidade mono-direcionais entre o social e o tecnológico e buscam uma alternativa ao que consideram a tensão paralisante entre o determinismo tecnológico e o determinismo social, incapazes de dar conta da complexidade da mudança tecnológica. Seu argumento central é que a tecnologia é socialmente construída por “grupos sociais relevantes” no âmbito do “tecido sem costuras” da sociedade. (DAGNINO, 2004, p. 36).

Dessa forma, “a tecnologia convencional pode ser vista como um elemento que provoca a gradual erosão da democracia” (DAGNINO, 2009), enquanto a tecnologia social se apresenta como adaptável a produtores e consumidores com baixo poder econômico, não geradora do controle capitalista, segmentado, hierarquizante e dominadora dos trabalhadores. Quando orientadora para a satisfação das necessidades humanas, produção de valores de uso, estimula o senso crítico, o potencial e a criatividade do produtor direto e do usuário final.

### 3.6.2 *Software livre*

A definição de Software Livre, criada pela Free Software Foundation, é a do software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição. O software livre é distribuído acompanhado do seu código-fonte aberto o que permite sua modificação. O software livre permite ao usuário aprimorá-lo conforme suas necessidades, no trabalho, por exemplo. O software livre não é necessariamente gratuito.

Como podemos perceber os princípios, métodos e tecnologias sociais possibilitam outras formas de gestão e de produção compartilhada e colaborativa que garantem a diversidade.

#### 4. ANÁLISE FORA DO EIXO

O modelo de produção do FDE apropria princípios da Economia Solidária na base do desenvolvimento do seu trabalho, dentro do paradigma da tecnologia da informação. Ele se apropria da economia solidária na medida em que os coletivos são estruturados de forma associativa, em que o trabalho é horizontal e autogestionado, não visa lucro, promove práticas solidárias e desenvolve uma racionalidade que valoriza o trabalhador e não o capital e legitima a satisfação de expectativas pessoais e coletivas (GAIGER, 2008)

##### 4.1 ORGANIZAÇÃO EM REDE

O Fora do Eixo é um coletivo de coletivos que se conectam em forma de rede, que estabelecem trocas, contribuem para gestão nacional e recebem suporte da rede. A adesão à rede é consciente e voluntária, e cada ponto desenvolve-se com autonomia, e suas diferenças contribuem para pluralidade de opiniões e a complexidade da rede. Como estratégia, as peculiaridades dos coletivos não necessitam serem padronizadas mas apropriarem tecnologias desenvolvida pelos coletivos que já atuam na rede. Além de aderir a mais uma idiossincrasia coletiva e agregar mais uma experiência que será utilizada em uma inteligência coletiva.

O desenvolvimento de cada coletivo é diferente e específico devido à autonomia de gestão e o contexto sociocultural-político de cada cidade e de cada Estado. Essa experiência única vem somar às outras da rede, ajudando a apurar a lógica organizacional de forma positiva ou negativa, na medida em que contribui com erros e certos. Portanto, ao expandir-se a rede de colaboração, aprimora-se a mesma, através da ferramenta de *feedback* do processo, num processo contínuo de pesquisa e desenvolvimento, que qualifica a tecnologia para tornar aplica-lá. Processo de retroalimentação da lógica organizacional.

##### 4.2 GESTÃO EM REDE: AUTOGESTÃO E HORIZONTALIDADE

A rede de coletivos Fora do Eixo promove a descentralização do poder a partir da gestão descentralizada e participativa. Os trabalhadores informam e são informados através de fóruns por emails, que são atualizados com uma alta frequência, quando não, de hora em hora. É nesse espaço online que ocorre parte da produção, aprimoramento e decisões do trabalho.

Além dos fóruns, os *chats* de conversas, como GTALK, SKYPE, MIRC, são usados constantemente para a troca de fluxos de informações diárias e para efetuar reuniões setoriais ou gerais. A descentralização do poder se configura tanto pela não verticalidade do poder como pela participação maciça dos membros nas decisões, e tem na internet seu ponto chave.

Um dos embates da autogestão é sua inviabilidade devido à demora da administração democrática direta, por isso, o circuito Fora do Eixo desenvolveu mecanismos, utilizando o paradigma informacional, para superar essa lentidão e possibilitar a máxima participação.

A intensa comunicação por emails adianta e até finaliza pautas a serem tratadas em reuniões online. Sem contar que toda informação trocada fica armazenada na internet e passível de ser acessada a qualquer momento, o que permite o horário de trabalho ser flexível e exercita o poder de autonomia do membro.

A internet permite a gestão participativa de uma rede de colaboração extensiva territorialmente. Esse fenômeno é importante pela satisfatória circulação de fluxos de informações entre os coletivos e seus membros. Esse fluxo também é facilitado pela internet, na medida em que agiliza a comunicação de dados. A internet facilita e forma mais rápido a análise dos dados, a organização e a expansão da própria Rede Fora do Eixo.

O paradigma informacional permite que cada ponto da rede tenha acesso à informação produzida, disponível e armazenada na internet. Isso significa que cada uma delas (célula) terá armazenada em si toda informação necessária para recriar a rede a partir de qualquer ponto (MANCCE, 2001) . Esse fluxo de informação entre coletivo é resultado de um sistema de comunicação que capacita cada coletivo a ser fonte de informação e tecnologia através de blogs.

#### 4.2.1 *Tecnologia social de gestão*

A autogestão do circuito Fora do Eixo utiliza como tecnologia social, o TEC, “uma ferramenta de gestão criada e difundida pelo Fora do Eixo, que através das planilhas, visa otimizar e regular a produção de eventos e das atividades de um coletivo”. O TEC tem base em um software de planilhas ligado ao *email* que é atualizado imediatamente conforme as modificações ou inserções forem sendo feitas. Nessa planilha padronizada, cada membro preenche a função que irá desenvolver e o cronograma de execução. Essa tecnologia elimina a função e cultura de dar ordens, e torna transparente todo o processo de produção do evento.

O TEC é uma ferramenta com a qual se ganha mais familiaridade com o uso. E para que funcione adequadamente, o TEC precisa ser preenchido com todas as tarefas executadas, para transcrever o real e, conforme os eventos se repetem, a objetividade do TEC permite que a função seja executada com mais rapidez. É um ponto necessário à autogestão. E para pós produção, a reunião de TECs possibilita uma análise de dados: quem trabalhou, a evolução dos gastos e excedentes, , rotatividade entre as funções, aprimoramento nas funções, se foram cumpridos os prazos estabelecidos, se o proposto foi realizado. Guarda os dados dos trabalhadores e o clippim do evento cultural.

### 4.3 FINANÇAS

Nas finanças da rede Fora do Eixo é utilizado o princípio de horizontalidade de funções da Economia Solidária, por isso qualquer trabalho executado é contado apenas a partir das horas trabalhadas. Tecnologias sociais como o Banco de Horas, o TEC e a moeda social ajudam a observar as horas trabalhadas. Como no funcionamento da rede solidária todo tipo trabalho tem importância para sua sustentabilidade, como na economia solidária não há hierarquia entre funções de produção e de gestão, como na autogestão os trabalhadores da produção são quem desenvolvem a gestão, no Fora do Eixo todo trabalho tem o mesmo valor. O fora do eixo não efetua pagamento em dinheiro por ser uma rede autogerida, cooperada e solidária, mas para fim de sistematização e organização do trabalho da rede, e aplicação da meritocracia para o membro que investiu mais força de trabalho na rede, utiliza a tecnologia do banco de horas. O banco de horas parte da fixação de que uma hora trabalhada equivale o mesmo em qualquer área de atuação e, corresponde a vinte moedas da própria rede, que são chamados de CARDS. O banco de horas é contabilizado através da sistematização da rede pelo TEC.

#### 4.3.1 *Tecnologia social em finanças – TEC*

A partir de um serviço de planilhas online, o setor Sustentabilidade desenvolve um complexo de planilhas pré-formatadas para ser preenchido com informações sobre a produção. Por ser online, o *link* é compartilhado com todos os membros que irão trabalhar na produção e, ao receberem, passam a preenchê-lo com as funções a realizar e, na medida em

que o preenchimento ocorre, o corpo do evento vai se estruturando e isso, sem a necessidade de encontros presenciais. Com esse complexo, todos os trabalhadores têm uma visão global da produção/evento. Quando o evento ocorre, cria-se uma sistematização importante de quanto tempo e recursos foram utilizados, que pessoas e setores atuaram, assim como armazena o banco de horas, o clipping do evento, material de comunicação. Após fechado o Tec, que começa na pré-produção e termina na pós-produção, é publicado em blogs na internet para que outros coletivos e outros setores possam visualizar, tornando o processo transparente.

Portanto, não há padrões que determinam o que deve ser feito, mas autonomia de escolha, o TEC possibilita que a autogestão se concretize na capacidade de visualização, não só o seu trabalho, mas de todo o processo produtivo. O Tec gera sistematização da experiência vivida, afim de, aperfeiçoar e otimizar a próxima experiência, além de compartilhar o conhecimento dos diferentes setores a todos os trabalhadores do coletivo e da rede. A informação não fica restrita a uma única pessoa, mas na verdade, uma única pessoa contém, ao ter acesso, toda informação.

O TEC é a explicitação da lógica organizacional da sociedade informacional sustentada por Castells dentro do CFD, na medida que interagiu com a difusão da tecnologia da informação, que gerou maior flexibilidade em produção, gerenciamento e marketing, que aumentou a automação na produção cultural ao eliminar e agilizar tarefas, que resignificou a administração de conhecimento e processamento de informação.

#### 4.3.2 *Tecnologia Social – Caixa Coletivo*

A tecnologia social, cultural, organizacional utilizada e desenvolvida pelos coletivos mais velhos é passada aos coletivos recentes. O caixa coletivo é uma tecnologia social que ajuda na sustentabilidade de cada coletivo ao unificar todos os lucros e todos os gastos. É o cúmulo do pensamento da ação coletiva no setor financeiro que otimiza o recurso ao organizar prioridades e eliminar desperdícios. Ele funciona da seguinte maneira: toda a renda gerada pelos membros e pelo coletivo é notificada em planilhas a fim de se ter noção se há sobras que poderão ser reinvestidas e gastos que poderão ser suprimidos. Para aprimorar a tecnologia do caixa coletivo é utilizada outra tecnologia social, a Sede Coletiva. Todos os membros do coletivo passam a morar juntos em uma casa que otimizar os gastos e possibilita um local de trabalho com escritório para reuniões internas e com parceiros externos, para

futuramente criar CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). A tecnologia da sede tem a competência de desenvolver os vínculos afetivos entre os membros do coletivo que passam a se configurar como uma família.

#### 4.3.3 Trocas Solidárias

O FDE atua em todas as áreas da cadeia produtiva da cultura, facilitando a sustentabilidade de suas produções por meio da produção e do consumo interno da rede. Para viabilizar uma produção de baixo custo, os coletivos estabelecem trocas de serviços sem a mediação do capital, isto fortalece vínculos sociais de confiança e solidariedade, que com a sua evolução se transformam na economia da dívida. As trocas ocorrem com organizações e movimentos diferentes, mas internamente, na rede, já se estabelecem contribuições sem demandarem retorno imediato e equivalente. Isto, no limite, tenderia a uma produção de custo mínimo, sem contar com a contribuição com o fortalecimento dos laços afetivos. Esta produção é alternativa ao capitalismo e até mesmo inconcebível neste sistema. A solidariedade dentro do trabalho só é real se expandir para fora dele (MANCCE, 2001)

#### 4.4 FLUXOS DE INFORMAÇÃO

Por estar dentro do paradigma tecnológico e trabalhar com cultura, o FDE tem como principal insumo a informação, nas duas formas: a primeira é em relação a sistematização de toda sua experiência para serem analisados a fim de analisar o andamento, balanço e aprimoramento da rede. A segunda forma de informação é a de conteúdo cultural que é produzido dentro da rede, esse conteúdo pode ser música, vídeos, filmes, “teaser” cartazes, folders, cobertura fotográfica e audiovisual, *bootlegs*, reportagens, matérias, programa para web TV e web rádios, programas para rádios livres, transmissão ao vivo, comunicação via redes sociais e *twittes*. Resumindo, a rede Fora do Eixo utiliza informação em todos os seus processos, internos ou externos, de funcionamento da rede e nos de produção de conteúdo cultural.

A informação de dados pode ser entendida por tecnologias ou relatórios gerencias, tabelas, atas, informação estrutural da organização e informação de gerenciamento. E informação de conteúdo é a produção artística e comunicacional. Os dois tipos de informação

circulação de forma livre pela rede de colaboração, e é análogo a rede de computadores, na medida em que não existe uma entidade supervisora controladora, com funis de informação, nem uma unidade centralizadora, com gargalos de informação.

#### 4.4.1 *Comunicação*

A informação está em todos os tipos de relações humanas (Castells) logo toda relação humana será fonte de conteúdo. Com a revolução das tecnologias da informação, ocorreu uma explosão de produção colaborativa e coletiva que faz frente à mídia hegemônica. Esse conjunto de ações é definido como o movimento Midialivrista. O FDE, para ecoar a democratização da comunicação, desenvolve o midialivrismo na medida que se valoriza o indivíduo e sua subjetividade, e capacita qualquer pessoa ser fonte de disseminação de informação. Essa atitude é contra hegemônica na medida que cria uma alternativa de comunicação. A internet é um ambiente fértil para o desenvolvimento do midialivrismo pois comporta múltiplas opiniões na medida em que não tem restrição de acesso.

#### 4.5 TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao contrário da lógica utilitarista do sistema capitalista que utiliza recursos coercitivos e maximiza os interesses individuais, o modelo do Fora do Eixo, com perspectiva na economia solidária, valoriza ação coletiva e outras formas de interação que ocorre através da racionalidade subjetiva.

Por ser um coletivo com princípios cooperativos, a subjetividade tem valor como fonte de informação. A valorização da subjetividade é a capacitação e o estímulo que o trabalhador do Fora do Eixo tem para se tornar autônomo, capaz de tomar decisões e auto-programar sua rotina de trabalho. O talento individual é valorizado. O indivíduo tem espaço. A subjetividade e o processo individual têm espaço, pois é importante como banco de experiência e repertório para o trabalho se desenvolver. Já que esse trabalho, além de técnico e material, é político, cultural e transversal em todas as habilidades do ser humano, desde a sua técnica até a sua ideologia.

Nesta rede, que trabalha fundamentalmente com a comunicação de informação, gerencial ou artística e valoriza a subjetividade dos seus integrantes, ocorre a valorização do trabalho que antes eram desconsiderados no mercado capitalista.

A crise da grande empresa em decorrência da crise da produção padronizada em massa e a revalorização da ‘produção artesanal’ é um dos motivos de sucesso das pequenas e médias empresas, em conjunto com sua maior capacidade de flexibilidade. (Castells) Portanto, é com a valorização da subjetividade que a rede de colaboração Fora do Eixo alcança o “pleno potencial de produtividade prometida”, citado por Manuel Castells.

E, com a racionalidade subjetiva, é que o Fora do Eixo se apropria e desenvolve a Empresa em Rede (Castells, 1996). O Fora do Eixo se caracteriza pela organização estruturada em torno de processos que passam pelo âmbito pessoal; por estabelecer uma hierarquia horizontal que criar vínculos sociais e afetivos entre seus membros; por aprimorar o gerenciamento em equipe e alcançar a autonomia do sujeito; por medir o desempenho pela satisfação do trabalhador; por estreitar laços entre produtores e consumidores; por priorizar o constante fluxo de informação e de aprendizagem.

## 5. ESTUDO DE CASO: FESTIVAL GRITO ROCK

O festival Grito Rock é o maior festival integrado do continente americano realizado em forma de rede no período de um mês em torno do carnaval. É um projeto do Fora do Eixo que se iniciou em Cuiabá (MT) no Espaço Cubo, como um festival isolado. É um festival de baixo orçamento e com possibilidade de autogestão. Em 2010, na quarta edição, o festival foi realizado em 25 Estados brasileiros e em outros países, Bolívia, Uruguai e Argentina, contabilizando 74 cidades participantes, além da circulação de 671 bandas e a realização de 396 noites de shows. Na 5ª edição, 125 cidades participaram, sendo 8 (oito) fora do país, na América Latina.

O conceito do festival Grito Rock é promover o intercâmbio de artistas, de tecnologias sociais, de produtores culturais e jornalistas, bem como propiciar espaço de formação de trabalhadores do setor cultural. A produção do festival acontece em rede por meio do trabalho colaborativo otimizado pelas tecnologias informacionais para integrar dezenas de eventos.

Como o festival é realizado em diferentes cidades, num período de um mês, e a cada ano expande este número, o Circuito FDE desenvolve através das experiências anteriores tecnologias de produção em rede.

A pré-produção do festival começa meses antes. A primeira providência é a elaboração da identidade visual, que garanta ao festival integralidade através de uma marca própria. Esse desenvolvimento se dá através da “Campanha de Produção da Logo Grito Rock”, lançada na rede FDE por onde, através da criação e votação coletiva, se estabelece uma marca única. Esse material garante a padronização de peças de divulgação e materiais institucionais do projeto.

Dessa forma, o FDE busca, dentro da rede e fora dela, produtores que queiram realizar a atual edição do festival por meio da “Campanha Grito Rock procura Produtores - Faça sua cidade Gritar”. Depois de demonstrado interesse, todos os interessados são reunidos em uma lista de email, por onde serão discutidas as produções e divulgadas das campanhas.

Para a realização de um Festival integrado composto por um grande número de edições produzidas e conectadas conceitualmente, o Grito Rock desenvolveu ao longo de sua trajetória tecnologias sociais de produção em rede, advindas tanto da experiência do Circuito Fora do Eixo, responsáveis pela integração nacional da Rede, como orgânicas às necessidades que o projeto vai apresentando em sua expansão. As campanhas, abaixo discriminadas, visam reduzir os custos de produção, ampliar e aperfeiçoar a comunicação do projeto, além de estimular o crescimento de cada edição. O festival Grito Rock tem várias campanhas para

difundir tecnologias sociais em rede. Cada campanha possui cartilhas, didaticamente elaboradas por equipes descentralizadas. Algumas campanhas a seguir.

“Campanha de Hospedagem Solidária” visa à prática solidária, bem como ao barateamento dos custos de produção. “Campanha Documente Seu Festival” fomenta a prática audiovisual. A campanha é para registro e disponibilização desses conteúdos sob o formato de programas de webtv, lançados semanalmente na rede Fora do Eixo. “Campanha Transmita o Seu Festival” visa a estimular a cultura digital e as práticas de radiodifusão online. “Campanha Monte Sua Banquinha” pretende estimular a rede de distribuição de produtos culturais do Circuito Fora do Eixo. “Grave seu Seu Grito” busca estimular a prática de botlegs, gravações ao vivo de shows. “Campanha Monte Seu Compacto.TEC” estimula a utilização dos TECs. “Campanha Grito na Mesa” visa difundir a prática de conferências, debates, workshops, mostras de artes integradas, multimídia e feiras nas produções do festival. “Campanha apresente o seu Compacto.TEC”, na etapa de pós-produção, busca coletar os dados de todas as edições realizadas em cada ano.

A “Campanha Toque no Grito Rock” é a etapa em que os artistas demonstram interesse em se apresentar. A forma de seleção para tocar em cada cidade responde à curadoria de cada local de produção. Para as inscrições dos artistas é utilizada uma ferramenta, Toque no Brasil (TNB). O TNB é um site/plataforma para facilitar a integração de artistas e produtores, é estruturado como uma rede social em que produtores e artistas montam um perfil. Os primeiros, nos seus perfis, divulgam os eventos que realizarão, e abrem inscrições para os artistas. Estes, ao se interessarem, preenchem os formulários demonstrando essa vontade.

Para tocar em cada evento do festival Grito Rock não há taxas de inscrição. Em contra-partida da apresentação artística, cada coletivo ou produtora fornece aos artistas estadia solidária, alimentação e traslado interno à cidade. Como é um trabalho colaborativo, coloca-se o artista no mesmo nível que o produtor ou público, e como não existe salário para nenhum dos trabalhadores, os artistas também não possuem cachê, o que reafirma a horizontalidade da cadeia produtiva da cultura, estabelecendo um equilíbrio entre as diferentes funções, não permitindo a valorização do artista em detrimento do produtor, nem a custas de ingressos caros pagos pelo público.

O festival é gratuito ou a preço baixo, correspondendo a um princípio da Economia Solidária de acesso a cultura.

O festival comporta turnês que barateiam os custos de produção por realizarem maior número de shows, em um curto período de tempo. O planejamento da turnê é traça rotas facilitadoras, e é organizado em conjunto com diversos coletivos.

A comunicação do festival é feita de forma descentralizada e colaborativa, com trabalhadores de diferentes localidades via internet. Um documento básico de comunicação é desenvolvido e distribuído na rede para servir de orientação a cada coletivo, e para facilitar e dinamizar a produção. Este documento é o Plano de Mídia que traça diretrizes que otimizam o tempo de pré-produção, na medida que um plano de mídia serve para dezenas de cidades, além, de propiciar que coletivos inexperientes aprendam fazendo. Assim como o logo, é elaborado um release único, que servirá de base referencial para os releases locais, mudando especificidades.

Mapeados os coletivos que participarão, é desenvolvida uma tentativa de captação de parcerias em conjunto. Geralmente essa etapa é feita por coletivos próximos territorialmente.

O Festival tem um site de divulgação ao público, [www.gritorock.com.br](http://www.gritorock.com.br), com informação de todas as produções do Grito Rock vigente. Todo os produtores que participam do festival têm cadastro e atualizam suas informações diretamente. Para comunicação interna da rede é usado o blog [www.gritorocktec.blogspot.com](http://www.gritorocktec.blogspot.com) que transmite a lógica de tecnologias abertas e colaborativas desenvolvidas com os TECs para o festival Grito Rock, em que todas as informações e materiais usados pelos produtores (cartilhas, manual de aplicação de marcas, kit de imprensa) são publicadas neste blog. Todos os coletivos têm cadastro e disponibilizam seu material diretamente.

## 6. EXPERIÊNCIA PESSOAL: VIVÊNCIA NO CIRCUITO FORA DO EIXO

### 6.1 APRESENTAÇÃO

No ano de 2009, cursava Jornalismo e, desde o ano anterior, colaborava com o projeto de extensão universitária Incop-UNESP/Bauru. Nesse projeto, trabalhávamos juntos à cooperativa de agroecologia ViVerde, a qual auxiliávamos na organização de uma cooperativa com os princípios da Economia Solidária. Com esse trabalho obtive o primeiro contato com esse outro modelo de produção, não capitalista, e desenvolvi um interesse em me aprofundar no estudo do tema.

Em agosto de 2009, a cooperativa ViVerde é convidada a participar da I Feira de Economia Solidária de São Carlos e Região. Esta feira aconteceria em parceria com o 3º Festival Contato de Artes e Multimídias. O projeto de extensão, com o apoio da Unesp/Bauru, articula a ida do grupo à feira.

Entre os diversos empreendimentos da feira de EcoSol, estava um empreendimento solidário diferente, formado por jovens que vendia *bótons*, adesivos, camisetas, CD's de bandas desconhecidas e, resumidamente, vendiam produção cultural. Esse empreendimento era o Massa Coletiva, braço são carlense do Circuito Fora do Eixo.

Após visitar o estande do empreendimento e conversar com um amigo que já conhecia esta rede, fiquei impressionada com a possibilidade de um empreendimento solidário que trabalhasse com bandas de rock e uma cultura diferente da usual no sistema solidário: a cultura tradicional.

De volta a Bauru, descobri que o Massa Coletivo, dentro de sua função na rede, já estava fomentando novos coletivos no interior de São Paulo, inclusive Bauru. Antes do Festival Contado, já havia ocorrido reuniões na Unesp em Bauru, articuladas entre estudantes de Rádio e TV e integrantes do Massa, sobre o FDE. Este grupo de alunos foi o germe do coletivo em Bauru.

Comecei a participar deste grupo que daria início ao projeto do coletivo. Começamos a realizar reuniões e a receber orientações de São Carlos, sobre a filosofia e metodologia de organização do FDE, como trabalho colaborativo, moeda solidário, bancos de horas, sede coletiva, caixa coletivo, planilhas de produção e finanças, e conhecimento para produção cultural.

## 6.2 FORMAÇÃO DO NÚCLEO DURO: MUDANÇA PARA SEDE COLETIVA

Ainda em 2009, estas pessoas comprometidas em montar o Coletivo ainda moravam em república de estudantes e separados. Nesta época passamos a procurar uma casa onde todos iriam morar e trabalhar. Porém, como não seria possível a mudança de todos para uma só casa, foi estabelecido que quem se mudasse para sede seria o núcleo duro. O núcleo duro são as pessoas que tem dedicação integral ao coletivo ou de todo o tempo livre, caso ainda estudassem.

O coletivo foi chamado de Enxame Coletivo e em janeiro de 2010 nos mudamos, em quatro pessoas. A princípio, o núcleo duro não se restringiu à sede e foi limitado pela dedicação e entregar dos integrantes do coletivo. Então, pessoas que não moravam na sede, pertenciam ao núcleo duro.

A sede foi utilizada como ferramenta para a estruturação do Enxame Coletivo. Com ela, foi possível centralizar e estruturar as reuniões internas, que antes eram rotativas pelas casas dos integrantes. Com a sede, foi possível receber parceiros e não apenas visitá-los. A sede também serviu como hospedagem solidária para bandas e produtores das primeiras Noites Fora do Eixo. E, principalmente, era uma forma de unir e fazer com que a informação circulasse mais rapidamente entre o coletivo, tanto no âmbito do trabalho, quanto na questão de formação.

A despesa da manutenção da sede, como aluguel e contas, eram divididas pelos quatro moradores. Todos os integrantes do coletivo pagavam mensalidades para o caixa coletivo. O caixa coletivo era utilizado, entre outras coisas, para o pagamento da impressão de material de divulgação das Noites FDE, que foram as primeiras produções do Enxame. Bem como o aluguel da casa noturna, quando não era totalmente liquidado com a contrapartida de trabalho do próprio grupo. O caixa era usado para a alimentação dos visitantes, em contribuição com os gastos das turnês que passavam por Bauru e qualquer outra função administrativa. O caixa ainda servia para viagens de integrantes para formação ou colaboração entre os coletivos.

### 6.3 ROTINA: TRABALHO E VIDA PESSOAL

Como organização um local que é ao mesmo tempo uma casa e um escritório coletivo? Definitivamente, esta é a parte mais enriquecedora do projeto. A troca de informações novas é efervescente. Basicamente, falávamos sobre o trabalho e, principalmente, sobre novas possibilidades de vida e trabalho sempre que estávamos cozinhando, limpando o quintal, e etc. A parte individual era mínima, no começo, os quartos ainda sustentavam essa formação.

Na sede, todos cômodos eram pensados e organizados em função do coletivo. Diferente de uma casa comum, não existia sala de TV, sala de estar, sala de jantar. Tudo isso foi abolido.

O primeiro cômodo era organizado como escritório, lá ficavam todos os computadores fixos, materiais de escritório e úteis para o trabalho do dia a dia, e nosso organograma de trabalho exposto na parede. A segunda sala foi designada às reuniões coletivas e um espaços para conversas. Logo, tinha sofá em roda, uma estante com livros, revistas e discos. Estes eram os aparelhos funcionais para o trabalho coletivo.

A rotina começava naturalmente cedo. Apesar de não obrigação, já que não tínhamos horário de início de trabalho, esta rotina era motivada organicamente, e ainda pela sempre alta demanda de produção. Assim com não tínhamos horário para começar, também não tínhamos para terminar.

O aspecto pessoal da vida também foi envolto pelo circuito. Ao entrar no circuito, se faz novos colegas de trabalho que rapidamente se tornam grande amigos. Assuntos pessoais eram pautados com importância, já que o indivíduo era o processo fundamental do trabalho. E na hora de consumir cultura a opção preferencialmente é uma produção do Fora do Eixo, tanto para conhecer, como para valorizar. Isso é um conceito da economia solidária que visa à própria sustentabilidade do projeto.

## 7. CONCLUSÃO

A partir de fundamentações conceituais sobre Sociedade em Rede e Economia Solidária, foi possível explicitar como o Circuito Fora do Eixo aplica tais teorias em sua dinâmica.

Uma iniciativa de Economia Solidária tem sua capacidade potencializada com a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias da Informação e comunicação são contaminadas pelos princípios solidários, desenvolvendo projetos como a produção cultural colaborativa em rede, midialivrisimo e tecnologias sociais.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDET, Yvon.e GUILLERM, Alain. A autogestão/ tradução: Álvaro de Figueiredo – Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro. PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.1, pp. 116-122. ISSN 1414-4980.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. Vol. I. A era da informação: Economia Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CHAUVEY, Daniel. O que é autogestão? / Tradução: António Pinto Ribeiro Lisboa-Portugal: Edições 70, 1970.

DAGNINO, Renato Peixoto. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas – São Paulo: IG/UNICAMP, 2009.

FREIRE, Paulo. A ação cultural para liberdade. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.1, pp. 11-19. ISSN 1414-4980.

GODBOUT, J.T.. Introdução à dádiva. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1998, vol.13, n.38, pp. 39-52. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69091998000300002.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual – Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época / tradução Fanny Wrabel – Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Editora Civilização Brasileira, 2002.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. PRETTO, Nelson de Luca. (org.). Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

SINGER, Paul. RICARDO, André de Souza (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Sites

[www.foradoeixo.org](http://www.foradoeixo.org)

[www.gritorocktec.blogspot.com](http://www.gritorocktec.blogspot.com)